

Rubens Jr comemora aprovação de proposta que impede cobrança de ICMS sobre custo adicional de energia

DIVULGAÇÃO



Rubens Jr comemora aprovação do projeto sobre valor extra cobrado nas bandeiras tarifárias de energia elétrica

O deputado federal Rubens Jr (PT-MA), comemorou na quarta-feira (8) a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 62/2015, que impede a incidência de ICMS sobre o valor extra cobrado nas bandeiras tarifárias de energia elétrica.

“Aprovamos nesta noite o PLP 62/2015, que altera a Lei Kandir para impedir a incidência do ICMS sobre os adicionais cobrados dos consumidores na fatura de energia elétrica por conta das bandeiras tarifárias amarela e vermelha. A matéria vai ao Senado”, explicou o parlamentar.

Com a aprovação, o PLP altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, para prever a não incidência do Imposto sobre Operações relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O sistema de bandeiras foi criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para sinalizar ao consumidor os custos da geração de energia em determinado período. Com os reservatórios cheios, as condições para geração de energia por hidrelétricas são favoráveis e não há acréscimo nas faturas. Entretanto, em períodos de pouca chuva e com os níveis dos reservatórios baixos, os custos de produção aumentam e a bandeira passa a ser amarela, com cobrança adicional conforme o consumo. Na bandeira vermelha as condições são mais rígidas, e o adicional cobrado do consumidor.

Vereador propõe obrigatoriedade de intérprete de Libras em instituições financeiras de São Luís

Tramita na Câmara de São Luís o projeto de Lei nº 055/2022, do vereador Antonio Garcez, que torna obrigatória a presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento dos clientes e do público que detenham alguma deficiência auditiva em todas as instituições financeiras no Município de São Luís. De acordo com a proposta, no mínimo 1% dos profissionais incumbidos de prestar o serviço de atendimento ao público deverão ser pessoas capacitadas em Libras. Segundo o texto, nas agências com menos de 100 funcionários, deverá ter, no mínimo, um profissional, que deverá estar à disposição durante todo o período de funcionamento da instituição,

e que deverá estar posicionado em um local adequado e de fácil acesso, com sinalização de indicação. A Lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 dias, a contar da data da publicação. Para Antonio Garcez, o projeto irá melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, facilitando o acesso a bens e serviços de forma digna e igualitária. “As pessoas com deficiência auditiva precisam ser contempladas com políticas que facilitem a acessibilidade e inclusão. Por isso, devemos garantir a difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil”, destacou.

Carlos Brandão

Governador do Maranhão



Nosso Governo segue avançando

Mesmo com minha ausência física temporária, fico muito satisfeito em ver que nosso Governo segue avançando, cumprindo as metas por mim estabelecidas. Agradeço o empenho de toda nossa equipe e, em especial, ao governador em exercício, desembargador Paulo Velten, por manter a agenda institucional ativa e chegando aos municípios. Só esta semana, estivemos em Anapurus assinando ordens de serviço para a construção de uma Praça da Família e para a pavimentação e recuperação de vias públicas. Autorizamos ainda a implantação de blocos de concreto e meio-fio para o povoado Morada Nova. Em Vargem Grande, iniciamos o trabalho de pavimentação e manutenção de vias urbanas. Em Presidente Juscelino, inauguramos a Praça Vermelha.

Em São Raimundo do Doca Bezerra, assinamos ordens de serviço para a construção de uma Praça da Família e para a pavimentação de 5 km de vias urbanas, além de autorizarmos a implantação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA), que vai contar com poço artesiano; reservatório elevado de água com estrutura de concreto; caixa d'água com capacidade de 15 mil litros; redes de distribuição principal e secundárias e ligações domiciliares para abastecer os moradores. Já em Barra do Corda, assinamos ordens de serviço para 30 km de pavimentação asfáltica da zona urbana; assinamos o termo de autorização para implantação de um Centro de Hemodiálise e, ainda, para duas reformas:

uma do centro esportivo e outra do balneário. Em Grajaú, fechamos com a prefeitura um Acordo de Cooperação Técnica para regularização fundiária, onde vamos mapear e regularizar propriedades de famílias do município. Em Urbano Santos, inauguramos uma Praça da Família, um Restaurante Popular e um posto avançado do Detran, além de já estarmos realizando pavimentação asfáltica. Isso, só para citar algumas ações. Muitas outras estão em andamento por todo o estado, como as obras de recuperação da MA-006 que liga Tasso Fragoso a Alto Parnaíba, que foram vistoriadas e seguem em ritmo acelerado. Uma obra fundamental para a produção que passa pelo Corredor de Exportação Norte. Nos próximos dias teremos

mais obras e ações iniciadas e inauguradas, em um Governo que sabe da responsabilidade que tem com sua gente. Sem contar que isso tudo ajuda nos números que conseguimos continuar apresentando no que diz respeito ao emprego. Só em abril deste ano, apresentamos um saldo de 3.395 postos de trabalho com carteira assinada, mantendo um resultado positivo pelo quarto mês consecutivo - o segundo maior crescimento de vagas da região Nordeste. Assim seguimos: com foco na gestão e com a certeza de que estamos no caminho certo. Claro que temos ajustes a serem feitos. Mas o mais importante é que trabalhamos com planejamento e os pés no chão, chegando às cidades e beneficiando os maranhenses. Nosso Governo segue avançando.

Eliziane defende debate sobre 'PL do Veneno' por interferir diretamente na saúde das pessoas

GIL MARANHÃO

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) defende a aprovação pela Comissão de Agricultura do Senado de requerimento que propõe a realização de várias audiências públicas para debater o Projeto de Lei 1459/2022, o chamado “PL do Veneno”, que facilita o uso de agrotóxicos no Brasil. O projeto foi apresentado em 2002 e já havia sido aprovado no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada em 9 de fevereiro deste ano, com outra numeração - PL 6299/2002. Como houve mudanças no texto, voltou para nova apreciação dos senadores. Naquela Casa vai tramitar apenas na Comissão de Agricultura, ligada aos setores do agronegócio do País, e será

o único colegiado do Senado que vai analisar a matéria. O PL modifica o sistema de registro de agrotóxicos, retira poder da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e traça novas regras sobre a pesquisa, experimentação, produção, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, utilização, importação e exportação, assim como, o destino final dos resíduos e das embalagens de agrotóxicos no Brasil. Para a senadora Eliziane Gama, o debate é essencial porque a proposta tem impacto direto na vida dos brasileiros e em setores do País. “Muito importante debater bem esse projeto de lei com cuidado, pois ele interfere



Eliziane Gama defende que o projeto seja debatido em audiências públicas na Comissão de Agricultura do Senado

diretamente na saúde das pessoas, no meio ambiente e na economia”, alertou. Nesta semana, dia 9, após pedido de vistas feito por Eliziane e outros senadores, a Comissão de Agricultura adiou a votação de outro projeto que é alvo de críticas entre os senadores: o PL 1293/2021, que flexibiliza a fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura por meio de programas de autocontrole geridos pelas empresas do setor. Como o projeto é terminativo

na Comissão, pode ser definitivamente aprovada pelo Senado sem passar pelo plenário. “Além de não passar pelas outras comissões, nós temos o problema de não ir para o Plenário. O projeto traz a autofiscalização. Temos vivenciado boicotes internacionais porque há um afrouxamento dessa fiscalização”, alegou a senadora, ao propor aprofundamento do debate sobre o tema também outras comissões e pelo Plenário.

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO ARAME - CNPJ N.º 08.982.878/0001-81. Assembléia Geral Extraordinária - AGE. CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Acionistas a reunirem-se em AGE, a realizar-se em 17/06/2022, às 9hs, na sede social, Fazenda Bonanza, s/n - CEP 65945-000 - Zona Rural - Arame/MA, para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Autorização para operação de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. b) Autorização para a Companhia prestar garantia hipotecária em operação de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. c) Autorizar concessão fiança/aval, pela Sociedade, no contrato de empréstimo a ser firmado pela Paulista Praia Hotel S/A com o Banco do Nordeste de Brasil S/A e d) Outros assuntos de interesse da sociedade. Arame/MA, 08/06/2022. René Feijó de Pontes Neto - Dir. Presidente.

KAFÉ TRANSPORTES
Viaje com Conforto e Segurança!

99995-9502 98807-5555 99229-5555

Viagens de São Luís para: Viana, Matilha, Olinda, São Vicente, São Bento. Agradecemos a Preferência!

Av. Litorânea, 300 - Calhau
(98) 3235 3994 / 98414 4624

maramazon
www.maramazon.com

Charme, alma e hospitalidade genuinamente maranhenses

Maramazon

SINTERP-MA
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão
FILIADO A COTEE E CTEB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PARTICULAR DO ESTADO DO MARANHÃO
SINTERP/MA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão convoca, nos termos da norma estatutária, todos os professores e auxiliares de administração empregados de estabelecimentos de ensino da rede particular no estado do Maranhão, para assembleia geral extraordinária a ser realizada por videoconferência na plataforma Zoom, via link: <https://us02web.zoom.us/j/81536943686?pwd=VXRSL1hnRTVRbXVwQmpta0pXUjlvZz09>, ID da reunião: 81536943686, senha de acesso: 767744, no dia 16/06/2022, em primeira convocação às 19:00h (dezenove horas) e, não sendo alcançado o quórum de votação, em segunda convocação às 19:10h (dezenove horas e dez minutos), para:

1. Deliberar sobre a última proposta para a CCT 2022/2023;

São Luís/MA, 10 de junho de 2022.

LUIS JORGE LOBÃO BORGES
Presidente do SINTERP/MA